

## TRADUÇÕES DO NEOLIBERALISMO NO ESPAÇO PERIFÉRICO

Patrícia Laczynski

Instituto das Cidades, Unifesp

patricialac@gmail.com

Magaly Marques Pulhez

Instituto das Cidades, Unifesp

magaly.marques@unifesp.br

Gustavo Francisco Teixeira Prieto

Instituto das Cidades, Unifesp

gustavo.prieto@unifesp.br

### RESUMO:

Buscando problematizar como o neoliberalismo se traduz em práticas concretas e cotidianas do espaço periférico e nas narrativas ideologicamente construídas, através de pesquisa situada, realizada num bairro da Zona Leste da cidade de São Paulo, mirando as relações (econômicas, sociais, culturais e políticas) que se dão entre moradores e agentes públicos e privados (Estado, fundações, ONGs, igrejas) a partir de projetos sociais operados por esses diferentes agentes como tecnologia de gestão da pobreza, esse artigo pretende avançar nos conteúdos propriamente urbanos da capilarização do projeto neoliberal nas periferias – um projeto territorialmente enraizado e subjetivamente fortalecido, e que vem transformando os modos de se produzir o espaço e de se reproduzir a vida no século XXI.

### Palavras-chave:

Neoliberalismo, periferias urbanas, projetos sociais

GT – 12 – Produção do espaço urbano numa perspectiva crítica

## INTRODUÇÃO

A característica fundamental do neoliberalismo é a “economização”, ou seja, a conversão de domínios, atividades, coisas, objetos e sujeitos não-econômicos, ou mesmo extra-econômicos, em econômicos. As relações entre Estado, finanças e capital corporativo se estreitam e os cidadãos e trabalhadores são transformados em “consumidores”, “clientes” e “empreendedores”. Em nome de um projeto geral de crescimento econômico, esses cidadãos consumidores, empresários de si, se apresentam como agentes completamente responsáveis e culpabilizáveis por suas vidas e pela vida da nação (BROWN, 2018; DARDOT & LAVAL, 2016).

Quais impactos desse processo são diretamente verificados nas periferias urbanas? O presente artigo parte dessa indagação de síntese para avançar no sentido de uma leitura crítica que discuta os múltiplos aspectos que podem ser associados à incidência do projeto neoliberal sobre a produção do espaço e sobre a transformação da vida cotidiana nas periferias.

Na sociedade capitalista, a expansão da forma mercadoria penetra profundamente a vida cotidiana, limitando a prática socioespacial a uma legitimada diferenciação de acesso aos bens produzidos, incluído aí o próprio espaço (CARLOS, 2011). No neoliberalismo, os processos de radicalização da privatização, mercantilização e financeirização, operados por um consórcio de agentes públicos e privados, que, em suas interações, incidem diretamente sobre as metamorfoses contemporâneas do espaço, para além de exacerbar a violência da segregação e da pauperização, implicam ainda em novos regimes normativos produzidos nas periferias: Estado, empresas, igrejas e crime se articulam em vasos comunicantes borrando indiferenciações entre governo, mercado e sociedade civil. Ao mesmo tempo, uma espécie de subjetividade empresarial periférica emerge, submetendo a vida e os lugares a uma lógica de riscos, autoresponsabilização e disciplinamento, num contexto de transformação do mundo do trabalho e de ascensão de uma nova moral conservadora<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> As mudanças ocorridas nas últimas décadas nas periferias das grandes metrópoles estão fortemente relacionadas com as transformações do mundo do trabalho. Se nos anos 1970 a perspectiva fabril, a religião católica e a moral do trabalho davam o embasamento para o plano de mobilidade ascendente das famílias, enfatizando a figura do trabalhador, na década de 1990, o desemprego, as religiões pentecostais e neopentecostais e a criminalização do jovem periférico são elementos norteadores da vida dos sujeitos das periferias (FELTRAN, 2010). Já nos anos 2000 e 2010, o que temos presenciado é um “processo de transmutação do jovem favelado de ‘potencial bandido’ em ‘trabalhador capacitado para o mundo do trabalho’” (ROCHA, 2015, p. 321). Se por um lado, temos o Estado atuando nas favelas a partir de um controle com uso, inclusive da violência, são as organizações não-

É sobre esta perspectiva de análise teórica e empírica que construímos este texto. De fato, apesar de muitos estudos abordarem o tema do neoliberalismo, não há ainda amplo conhecimento produzido sobre seu impacto especialmente na vida das periferias urbanas. As periferias aparecem tão somente como exemplo de suas consequências perversas. Nesse sentido, parece-nos necessário ir além e construir metodologicamente formas de entendimento que se construam a partir do empírico, das práticas operadas por diferentes agentes (estatais e não-estatais) e das rotinas experienciadas pelos sujeitos periféricos. Ademais, soa também urgente investigar como a racionalidade neoliberal engendra narrativas próprias sobre a crise e suas formas de superação, especialmente nas periferias, homogeneizando discursos e visões de mundo sobre prosperidade, empreendedorismo, capacitação, resiliência, etc.

Para tanto, procuramos aprofundar algumas destas questões neste trabalho que, embora ainda esteja em construção, tem o objetivo de avançar na produção de conhecimento sobre como o neoliberalismo, em sua heterogeneidade e polimorfismo (GAGO, 2019), se traduz nas práticas concretas e cotidianas do espaço periférico e nas narrativas ideologicamente construídas e capilarizadas. Procuramos fazê-lo através da leitura situada das relações (econômicas, sociais, culturais e políticas) que se dão entre moradores periféricos e agentes públicos e privados (Estado, fundações, ONGs, igrejas) a partir de projetos sociais operados por esses diferentes agentes como tecnologia de gestão da pobreza em um bairro da Zona Leste da cidade de São Paulo, buscando esquadrihar os conteúdos propriamente urbanos do projeto neoliberal nas periferias – um projeto territorialmente enraizado e subjetivamente fortalecido (GAGO, 2019), e que vem transformando os modos de se produzir o espaço e de se reproduzir a vida no século XXI.

## **1. O NEOLIBERALISMO COMO DOUTRINA**

As leituras correntes sobre o neoliberalismo tendem a tratá-lo como uma nova configuração econômica no curso do capitalismo, que tem implicado, nos últimos 40 anos, em propostas de reestruturação estatal, privatizações, liberalização dos fluxos de capital e

---

governamentais as responsáveis por projetos sociais, que têm em sua essência um caráter disciplinador e moralizante (ROCHA, 2015).

austeridade fiscal, além das alterações nas relações entre capital e trabalho, do aumento das terceirizações, da derrocada de políticas de proteção social e de um ambiente regulatório deteriorado em benefício do livre-mercado, dos interesses das grandes corporações e do capital financeiro (HARVEY, 2008; KLEIN, 2008).

No entanto, tomá-lo como *doutrina* nos permite ampliar este entendimento, identificando-o também como uma espécie de “modalidade de discurso”, tornada hegemônica desde os anos 1980, e que passou a afetar amplamente os modos de pensamento, incorporando-se às maneiras cotidianas de se interpretar, viver e compreender o mundo (HARVEY, 2008).

Autores como Brown (2018), Dardot & Laval (2013) e Gago (2019) apontam, nessa perspectiva, que o neoliberalismo deve ser tratado como *racionalidade política*, na medida em que produz uma *nova subjetividade*, baseada numa espécie de generalização da *forma-empresa* no interior do corpo social, de tal modo que atividades, coisas, objetos e sujeitos não-econômicos, ou mesmo extra-econômicos, se convertem em econômicos.

Nesse processo, as relações entre Estado, finanças e capital corporativo se estreitam e os cidadãos e trabalhadores são transformados em consumidores e em empreendedores. Em nome de um projeto geral de crescimento econômico, esses cidadãos consumidores são configurados como agentes completamente responsáveis e culpabilizáveis por suas vidas e pela vida da nação (BROWN, 2018). A essa “responsabilização” e ao “sacrifício compartilhado” em nome da saúde e da sobrevivência do todo (BROWN, 2018), podemos correlacionar, concretamente, os processos multi e transescalares de privatização, mercantilização e financeirização que são a marca dos ajustes e reestruturações econômicas associadas ao desmonte das políticas públicas e que se apresentam como única alternativa à crise.

O Estado neoliberal, na perspectiva do ajuste, se caracteriza pela privatização, liberalização e reforma reguladora (HARVEY, 2008). Os serviços públicos são transferidos para setores privados, mas sujeitos a regras e controle de agências reguladoras criadas pelo Estado para esse fim. Os direitos individuais e a propriedade privada são objetos de defesa do Estado neoliberal. É papel do Estado, nessa nova realidade, garantir a qualidade e a integridade do dinheiro. Além disso, deve estabelecer também estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais e, se necessário, o uso da força para garantia dos direitos de propriedades individuais e do funcionamento pleno e apropriado dos mercados (HARVEY, 2008).

O Estado, desse modo, passa por uma “reengenharia neoliberal” que tem como fim o fomento e o apoio ao mercado (WACQUANT, 2012). As alianças estabelecidas a partir desse modelo de gestão entre o poder público e o empresariado dão força para o discurso e a prática da gestão empresarial, deteriorando, assim, o sentido do político e a relação do cidadão com o lugar e com a vida cotidiana (PRIETO & LACZYNSKI, 2020).

Dessa forma, o projeto neoliberal radical produz novos regimes regulatórios e normativos que incidem diretamente sobre as transformações do espaço e, conseqüentemente, sobre a (gestão da) vida cotidiana da população das periferias urbanas. Além disso, ao analisar o contexto nacional contemporâneo, nota-se que a ascensão da nova direita se dá em diferentes níveis e escalas de interpretação sobre o espaço urbano. Os conteúdos urbanos do conservadorismo e da autocracia neoliberal no século XXI precisam ser descortinados. Partimos da hipótese de que há um processo incisivo e recente de produção de regimes privados de controle territorial que se articulam com a militarização das cidades e que produz uma nova rodada de produção do espaço e acumulação do capital e de poder a partir da transformação das relações sociais em relações empresariais operadas nas periferias urbanas.

Nesse sentido, parece-nos fundamental, como agenda de pesquisa, avançar nas reflexões sobre as relações entre o neoliberalismo, a ascensão da lógica de militarização urbana, do neopentecostalismo, das ONGs e do empresariamento na produção do espaço da periferia e sua operação como forma de gestão socioespacial da pobreza, reprogramada para servir como Estado e como mercado, ou seja, como forma indeterminada de Estado-empresa e como síntese da moral da nova direita brasileira, a partir da experiência dos sujeitos periféricos, ou melhor, desde as favelas, ocupações e quebradas. Camadas sobrepostas de empresariamento às quais vida e os lugares subsumem, inclusive: empreendedorismo, responsabilidade social empresarial, empoderamento, prosperidade, investimento, firma, etc.

Por ora, neste trabalho, procuramos adentrar a micro escala desse processo através da leitura de como *projetos sociais* operam como uma tradução possível do neoliberalismo na periferia da cidade de São Paulo. Partindo do pressuposto de que a privatização dos projetos sociais ganhou força com a virada neoliberal, sobretudo a partir da década de 1990, noções como sociedade civil, participação e cidadania passaram a significar, de forma reduzida e simplista, organizações do terceiro setor, responsabilidade social e relação com o mercado. Entendemos que esse modo de operar tem um impacto expressivo na vida cotidiana das

periferias. Por meio da constituição de redes de projetos sociais localizados nos territórios e liderados por fundações empresariais, ONGs e igrejas, essas redes de projetos e negócios sociais defendem a filantropia, agem a partir constituição de novas lideranças comunitárias, do uso de tecnologia, da precarização do trabalho, de narrativas que enfatizam o pragmatismo e a defesa da liberdade individual. Por fim, a própria comunidade, com precárias políticas públicas, se agarra a essa narrativa e encontra nas ONGs e igrejas e, conseqüentemente, na narrativa do cidadão-consumidor, empresário e responsável por si e pelo social, a segurança que precisa.

## 2. O NEOLIBERALISMO DESDE BAIXO

Ao estabelecermos leituras situadas sobre tais processos, colocando lupa sobre a maneira polimorfa e heterogênea com que o neoliberalismo se reproduz e engendra práticas e narrativas próprias (politicamente, subjetivamente, normativamente e territorialmente), parece importante recorrer a um ferramental teórico e metodológico que procure dar conta também daquilo que, dialeticamente, possa se apresentar como ambigüidade e contradição.

Veronica Gago, em seu livro “A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular”, estabelece uma discussão de como o neoliberalismo vai se metamorfoseando e se redefinindo a partir de suas aterrisagens e ensamblagens com situações concretas. Sua pesquisa etnográfica realizada na feira La Salada, na periferia de Buenos Aires permitiu uma análise a partir das relações de trabalho, com a cidade, de consumo, de migração e de gênero.

A maior feira informal da América Latina articula o trabalho das oficinas têxteis, espécie de pequenas fábricas de confecção informais onde trabalham cerca de cinco pessoas. Além disso, a feira articula também a possibilidade dos comércios varejistas, das importações em pequena escala, como por exemplo, roupas íntimas importadas da China que são compradas na Bolívia para serem vendidas na La Salada, e da venda de serviços de todo tipo.

Os trabalhadores da feira e das oficinas vivem na *Villa*, lugar de moradia muito semelhante com as favelas brasileiras, onde os seus moradores são desprovidos de infraestrutura e segurança. É na *Villa* que a população boliviana se renova permanentemente. É um lugar de produção de uma variedade de situações trabalhistas que vão da autoempresarialidade à pequena empresa, passando pelo trabalho doméstico e comunitário. É ainda onde se “submergem” as oficinas têxteis clandestinas. Ao mesmo tempo, essa clandestinidade das oficinas têxteis são publicizadas pela feira de maneira complexa, à medida que mistura uma

produção, em certa medida ilegal, sustentada por condições de extrema exploração, com a ampliação do consumo popular. As oficinas são espaços de recursos comunitários, de proteções e favores, e de força de trabalho.

A leitura da relação entre La Salada, a Villa e as Oficinas propõe pensar a cidade como heterogênea, desprovida de uma ordem única, onde o desenvolvimento da sociedade neoliberal estruturada a partir do trabalho, consumo e comunitário é pensado a partir não só dos governos, mas também dos governados.” (GAGO, 2019).

Para Gago (2019), o neoliberalismo não vem apenas “de cima para baixo”, isto é, de governos, corporações e organismos internacionais, mas ele persiste a governos progressistas porque consegue ler e capturar tramas vitais que operam produzindo valor, inventando recursos onde não há, repondo infraestrutura popular e criando modos de vida que excedem as fronteiras do capital. Para a autora, o neoliberalismo está enraizado nos territórios e fortalecido nas subjetividades populares, expandindo e se proliferando pela organização das economias informais.

O caráter “abigarrado” da economia revela, segundo a autora, a pluralidade de formas de trabalho. Na nossa sociedade onde não há mais salário, as pessoas transitam por momentos de trabalho como aprendiz, como microempresário, trabalham na economia informal, estão desempregadas por um tempo e, ao mesmo tempo, conseguem recursos por meio de tarefas comunitárias e sociais. E nesse sentido, as relações se estabelecem pelas dívidas que são contraídas, porque essa pluralidade de trabalho não garante renda suficiente para a sobrevivência. Tratam-se, portanto, de formas de sobrevivência num mundo em desamparo que se misturam, ao mesmo tempo, com práticas de autonomia e autodeterminação.

### **3. O NEOLIBERALISMO E O ESPAÇO URBANO**

Propondo responder como o neoliberalismo se capilariza e se capitaliza nas periferias metropolitanas, incidindo diretamente sobre o cotidiano de seus moradores, um grupo de docentes e discente do Instituto das Cidades, da Unifesp, iniciou, em 2021, um projeto de extensão chamado “Neoliberalismo na Quebrada”. Visando contribuir em termos teóricos e empíricos para o projeto de extensão, esse grupo iniciou uma pesquisa que pretende avançar sobre o levantamento de dados realizados em um determinado bairro da Zona Leste da cidade de São Paulo, pesquisando as relações sociais, econômicas, políticas e culturais entre os

moradores e agentes públicos e privados. O território estudado tem funcionado como um laboratório de pesquisa e análise sobre os impactos que o desemprego, o aumento de trabalhos não assalariados, a sobrevivência a partir de diferentes fontes de renda e o aumento do endividamento se relacionam, por um lado, com a criminalização do morador periférico, com a violência urbana e com o controle e punição estatal e, por outro lado, com a estruturação de laços entre projetos sociais, igrejas pentecostais (e neopentecostais), bancos e fundações empresariais, numa tentativa de organização local, mas também que transborda as fronteiras municipais e regionais, podendo alcançar fluxos transnacionais.

Com uma população de aproximadamente 26 mil habitantes, a história do bairro remonta à ocupação, na década de 1980. No final dos anos 1990, o Estado de São Paulo implementou no local um projeto de reurbanização. As ruas foram pavimentadas, prédios de apartamentos e casas construídas, ruas iluminadas, Unidade Básica de Saúde (UBS), escolas públicas e centro de educação infantil construídos, além de melhorias de infraestrutura, como saneamento básico, canalização de parte do córrego, terem sido realizadas. O projeto também contemplou remoção e reassentamento de famílias.

A urbanização transformou uma área de várzea, com histórico de enchentes e alagamentos, em um bairro onde seus moradores contam com endereço, segurança e diversos projetos sociais.

O bairro está localizado ao lado de uma linha de trem metropolitano, mas não há estação próxima. A relação com o trem é, no mínimo, contraditória e complexa. O trem passa pelo bairro, as pessoas passam pela linha, mas não há proximidade com o meio de transporte. Há sim um túnel que passa por baixo, mas que já foi sinônimo de perigo, insegurança, assaltos e até mortes, o que fazia com que as pessoas atravessassem pela via férrea para chegar ao outro lado. Acidentes aconteceram. Vidas foram perdidas. Até que alguns moradores tiveram a iniciativa de reformar, limpar, pintar e iluminar o túnel, tornando a passagem tranquila, segura e agradável.

Nesse bairro há um conjunto de mulheres que iniciaram um projeto de horta comunitária, com apoio estatal. Para elas, a urbanização transformou demais a vida dos moradores. Segundo uma das agricultoras, Heloísa<sup>2</sup>:

---

<sup>2</sup> Para preservar o anonimato das agricultoras entrevistadas, os nomes no texto são fictícios.

“muitos não gostavam de vir aqui porque o bairro era feio e muito violento. Onde eu comprei já tinha água e luz mas, em muitos lugares não tinha nem luz nem esgoto, uma coisa muito feia. Enfim, eu cheguei aqui há quase 29 anos no bairro e melhorou bastante com essa urbanização”.

Segundo outra agricultora, Jaqueline, o processo de urbanização durou mais de 10 anos, mas, apesar do início difícil, o resultado foi muito positivo:

“Quando chovia, quem morava mais próximo do rio, com os esgotos, isso aqui virava um lago quando era época de chuva. A gente andava no barro, era muito feia a situação, era muito triste mesmo e os moradores tiveram muita resistência quando a (*poder público*) começou a visitar o bairro. O processo todo começou em 2002, agora a urbanização mesmo começou de 2007 pra frente. Foi quando veio o pavimento do asfalto, os lotes destinados às escolas, as creches, posto de saúde. Quando foi em 2012 esse bairro já tava se formando, a gente já tinha uma escola aqui dentro, já tinha um posto de saúde. E hoje, eu posso te falar que esse bairro aqui tá uma maravilha, muito bom, tem posto de saúde, tem cinco escolas, tem três creches, duas linhas de ônibus e a segurança que faz 14 anos que o número de assassinato caiu muito, muito mesmo. Antes aqui não entrava um táxi, não entrava um carro pra fazer entrega, o correio não vinha a gente que pegava carta no correio porque não entrava aqui dentro. E hoje não, hoje aqui virou uma cidade. Foi muito triste o começo da urbanização, mas, hoje é tudo de bom.”.

A horta urbana começou como um projeto social voltado para a comunidade. Mas com o tempo, de projeto foi virando um negócio e hoje essas mulheres obtêm renda a partir da horta e também da produção e comercialização de comidas orgânicas. Fazendo pesquisa desde 2021 na horta e no bairro, buscando compreender as trajetórias de vida das mulheres, o funcionamento do empreendimento, da comunidade onde residem, das relações familiares e de vizinhança, das suas fés, e de como as políticas públicas impactaram em suas vidas, foi possível traçar um primeiro paralelo entre, por exemplo, as oficinas têxteis de Buenos Aires e a horta.

Embora aparentemente muito diferentes - enquanto as oficinas são espaços de produção fabril, a horta fica ao ar livre e produz verduras orgânicas; as oficinas são clandestinas e se encontram escondidas entre as moradias e a horta fica em um espaço bem aberto e visível

para quem passa ao lado; as oficinas são empreendimentos privados e a horta é um projeto social, fomentado pelo poder público, como parte de uma política de urbanização –, um olhar mais próximo permite perceber características semelhantes. A horta é um lugar de produção, assim como as oficinas. Se os trabalhadores das oficinas se auto organizam na produção das confecções, as mulheres agricultoras se dividem entre os trabalhos de horta e de culinária, em uma lógica de autogestão. As relações familiares e de lealdade, tão fortes nas oficinas têxteis, não são diferentes das relações entre as agricultoras. Em conversas realizadas com elas, fica evidente como elas se veem como uma família. Se os trabalhadores das oficinas de Buenos Aires são imigrantes bolivianos, as mulheres são migrantes nordestinas.

Conhecer as agricultoras, conviver com elas, entrevistá-las e estabelecer conversas nos possibilitou uma melhor compreensão sobre as relações de vizinhança e entre diferentes agentes que atuam no bairro. São diversos os projetos sociais que nasceram na esteira do projeto de urbanização, estimulados pelo Estado que, além de garantir aos moradores um espaço digno do ponto de vista das novas moradias e da infraestrutura, também ofereceu melhorias em termos de educação, saúde, trabalho e assistência social. Vários terrenos e equipamentos do bairro foram destinados pelo governo a projetos voltados à população, e que contou com o envolvimento de universidades, organizações não governamentais e associação de moradores.

Mas se por um lado, as melhorias no bairro são significativas, proporcionando aos moradores um mínimo de direitos arrolados na Constituição Federal, por outro, fica evidente que as relações sociais que se traçam no território partem de uma lógica privatista e individual. A ambivalência que Veronica Gago apresenta tão bem ao analisar a feira La Salada e as relações de trabalho, moradia e festas que ela constrói, se manifesta também na Zona Leste de São Paulo.

Fica evidente o quanto o governo estadual terceirizou para Organizações Não-Governamentais (ONG) a gestão e execução de projetos sociais no bairro. A partir de apoios com a infraestrutura (construção de prédios para funcionamento de equipamentos sociais), criou-se uma espécie de “corrida de ONGs” pela autorização do uso desses móveis. Atualmente, no bairro, percebe-se uma rede extensa de projetos sociais que estão entrelaçados e atuam, em parceria. Como exemplo, uma casa que abrigava um projeto social financiado pelo poder público ficou sem financiamento e sem atividades e, para que não corresse o risco de ficar vazia e ser ocupada por moradores sem teto, um gestor de uma ONG conversou com outro e decidiram

que este último pediria ao governo a responsabilidade da gestão. Os projetos sociais ficam, mas mudam de “dono”.

A privatização dos projetos sociais é um fenômeno que tem crescido no Brasil. Desde a década de 1990, vivemos no país uma virada neoliberal, contrariamente ao processo de democratização que ganhou força na mesma época. O resultado foi o deslizamento de noções como sociedade civil, participação e cidadania, que passaram a significar, de forma reduzida e simplista, organizações do terceiro setor, responsabilidade social e relação com mercado (DAGNINO, 2004).

Essa apropriação dos conceitos democráticos pelo projeto neoliberal foi fortalecida pela ação do Estado, a partir de um conjunto de legislações aprovadas ao longo dos últimos 16 anos, que institucionalizaram as decisões de transferência às organizações não-governamentais das atribuições referentes aos projetos e programas sociais.

### **3. O NEOLIBERLAISMO E O PROJETO SOCIAL**

A horta foi iniciativa do governo do Estado de São Paulo. Além da cessão do terreno, o poder público mantém três técnicos que apoiam o trabalho das oito mulheres agricultoras.

O terreno, com a urbanização, estava sem uso e o bairro resolveu que seu destino seria a agricultura. Segundo uma das mulheres agricultoras entrevistadas, Valéria, dentro do contexto da urbanização, “(...) foi destinado um local para ser implantada uma horta comunitária, porque assim, 70% dos moradores aqui [do bairro] são nordestinos, veio da Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e sentia falta de um lugarzinho verde para plantar sua horta, tempero, ervas.”

No início do projeto, o cultivo da horta era realizado na base do voluntarismo e, toda semana, a produção era dividida entre aqueles que tinham contribuído no plantio, entre os que estavam mais próximos e também entre pessoas que precisavam muito.

“Antes a gente plantava e vinha alguns moradores e eles davam um dia de voluntariado e no final de cada semana, era na sexta-feira, fazia-se uma colheita e se dividia isso em kits e dava para aquelas pessoas que vieram do voluntariado e as ervas eram totalmente gratuitas. As pessoas vinham pegavam, levavam. Chegava gente dizendo que estava sem nada para comer e a gente dava as hortaliças.” (Valéria)

Naquele momento, o projeto foi avançando a partir da parceria de grupos locais que trabalhavam com a técnica de permacultura. A partir de capacitação dos moradores e moradoras do bairro, o projeto ia crescendo e trazendo voluntários para aprender e aplicar no viveiro.

“Aí foi quando eu entrei pra ser uma das alunas e eu passei lá dois anos aprendendo sobre agricultura, ela tinha também uma parte de se conectar, fazer roda de conversa, andar descalço, sentir a terra. Nossa fazia tanto tempo que eu não sentia a terra, mexer com a terra e curar. Ali foi um estado de cura, coisa linda.” (Valéria).

Além de cursos de capacitação, o projeto tinha também orientação de profissionais.

Com o tempo, o grupo atuante na horta se restringiu a apenas mulheres, que criaram um coletivo. A partir da realidade de desemprego e instabilidade econômica, as mulheres entenderam que a horta poderia ser um espaço de geração de renda: “Foi quando a gente começou a brigar (...)”. A luta foi em convencer o poder público que a horta deveria deixar de ser um simples projeto para se tornar um *empreendimento social*.

Atualmente, é direta a relação da horta com negócio.

“Antes da pandemia a gente começou a dar uma estabilizada, já começou a ter um salário já, porque além do trabalho que a gente desenvolve nas hortas também tem outras atividades. A gente já estava começando a dar assessoria em escolas né, já estava com uma agenda de ir nas escolas duas vezes por semana, dava palestra, oficina. Até para as grandes corporações a gente servia almoço, já teve evento que a gente ia pra ficar três dias, com almoço, jantar e café da manhã. Então isso trazia uma rentabilidade boa pra gente mas, depois da pandemia tudo parou e vieram as dificuldades.” (Luana).

A transformação da horta de projeto social para um espaço de geração de renda se deu a partir da intervenção do coordenador de um outro projeto social existente na vizinhança. Ele criou um novo projeto e conseguiu firmar uma parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo para financiamento de bolsas para pessoas que trabalhassem na horta. “(...) ele fez parceria com a prefeitura de São Paulo e pegou 10 pessoas. Já tinha seis ele arrumou mais quatro. Aí ele pagava, quer dizer, ele não né, vinha uma bolsa da prefeitura e a gente pegava um salário-mínimo pra trabalhar lá. Passamos dois anos trabalhando (...)” (Valéria).

Durante a pandemia, uma ONG internacional que financiou várias iniciativas permitiu alguma renda às mulheres agricultoras. Como o coletivo ainda não era formalizado e o financiamento exige que a organização beneficiária tenha CNPJ, foi o mesmo projeto social que apoiou nas bolsas com a Prefeitura quem recebia o recurso da ONG internacional e repassava às mulheres agricultoras.

“Aí esse parceiro (...), nós elegemos ele pra ser nosso representante. Aí toda ajuda que vem, sendo pessoa jurídica a gente pega o (*nome do coordenador do projeto*). Tem essa parceria com ele, ele presta conta e tudo. Ele reúne nós e presta conta porque a gente ainda não tem CNPJ jurídico.” (Valéria).

Segundo Heloísa,

“Eu tô com o *projeto x*, *projeto y*, é uma ong, uma escola, desenvolver uns projetos (...) que é plantar, fazer a horta, ensinar as crianças a preparar o solo, a terra, semear, ver germinar, cuidar, tirar as ervas daninhas e depois colher”.

Essa gama de projetos sociais promovidos pelo poder público, sempre em parceria com empresas privadas, demonstra o Estado e a terceirização das ações e serviços sociais. A lógica neoliberal e privatizante tem criado um contexto em que a população é atendida, em suas necessidades diárias, por projetos sociais assumidos por igrejas, associações privadas, organizações sociais, empresas. Segundo uma das agricultoras, fica evidente o quanto os projetos sociais não estatais são predominantes no bairro: “São grupos de pessoas que não fazem parte de políticas públicas não, viu. São pessoas que têm a boa vontade da gente se unir. E a gente atualmente não tá recebendo assistência da prefeitura por parte de nada.” (Heloísa).

Esse movimento que desloca as ações sociais do Estado para iniciativas privadas está entrelaçado com o deslocamento e redução de sentidos das noções de sociedade civil, participação e cidadania que assumiram, no imaginário social, ideias como organizações do terceiro setor e fundações empresariais, trabalho voluntário e responsabilidade social de indivíduos e empresas e cliente consumidor (DAGNINO, 2004). Em suma, de uma perspectiva de sociedade, democracia, políticas públicas e cidadania, ideias defendidas no processo de democratização que Brasil viveu nos anos de 1980 e 1990, o que predominou nas relações políticas, sociais e culturais, além das econômicas, foi principalmente, a lógica do mercado e do indivíduo. Isso sem falar dos valores da família e dos bons costumes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um exercício de contextualização dessas iniciativas que, ao crescerem e expandirem tornam-se uma confusão entre projeto social e empreendimento, buscamos analisar o papel dos projetos sociais em uma realidade neoliberal, que para além de defender a redução do Estado, promove uma ideologia que defende a responsabilidade do indivíduo em contraposição ao cidadão de direitos. Wacquant (2012) explica que, se por um lado, o Estado privilegia o topo da sociedade a partir de uma política econômica baseada no livre mercado e livre comércio, controla a sua base a partir de políticas de austeridade e violência (WACQUANT, 2012). Para esse autor, na medida que passamos de um welfare state (Estado do Bem Estar Social) para um workfare state (participação forçada em subempregos, como condição para o recebimento de apoio público), onde os investimentos em políticas sociais foram dando lugar a políticas carcerárias e militares, foi necessária a construção de uma rede de políticas de contenção repressiva, para que a população mais pobre aceite trabalhar em troca de seus cada vez mais raros benefícios sociais (WACQUANT, 2012).

Os projetos sociais nas cidades brasileiras, em especial nas periferias urbanas, liderados por iniciativas privadas, mas com total apoio do Estado, visam, por um lado, a disciplinarização dos sujeitos pobres que vivem nas favelas urbanas (ROCHA, 2014; TOMMASI, 2018), e servem, por outro, para legitimar o trabalho precário como uma alternativa de empreendedorismo e potencial sucesso individual.

A imagem estigmatizada de que o morador de favela ou é *vítima* ou é *bandido* é a base da argumentação da atuação dessas iniciativas para impor aos jovens um comportamento dócil e submisso. Segundo Rocha (2014), os projetos sociais exercem a função de disciplinarização dos corpos dos jovens por meio da restrição da circulação e do combate ao ócio, além da transmissão de valores de como o favelado deve ser. Esse processo pretende transmutar o jovem favelado de “potencial bandido” em “trabalhador capacitado para o mundo do trabalho”. Ainda que a inserção no mercado de trabalho apareça como meta dos projetos, o objetivo que tais projetos sociais alcançam é a transformação do jovem favelado, em especial de seu corpo e imagem, em um sujeito disciplinado e capacitado (ROCHA, 2014).

Já a ideia de empreendedorismo periférico cultural, que traz em sua narrativa a ideia de revolução no campo dos negócios, nada mais é do que a necessidade de o jovem se engajar de corpo e alma, não apenas para conseguir um emprego, mas também para a criação dos

próprios empregos. As grandes corporações empresariais, a partir de ações de suas fundações e institutos sociais, promovem projetos sociais formando e capacitando jovens, criando trabalho voluntário e empregos temporários na própria empresa (CATINI, 2020).

As empresas não controlam mais apenas o trabalho, mas também a formação de seus trabalhadores e o trabalho social que ela subcontrata por seus institutos (CATINI, 2020). O empreendedorismo, como afirma Tommasi (2018), virou termo de uso comum. Os jovens são convidados a serem protagonistas de seu próprio sucesso e se tornarem empresários de si: são incitados a viver como se fossem projetos. “No âmbito da racionalidade neoliberal, a autonomia do *self* é, ao mesmo tempo, objetivo e instrumento das estratégias de governo” (TOMMASI, 2018, p. 172).

Cabe aqui ressaltar a ênfase em filantropia fortemente incentivada por esse movimento. A filantropia foi pensada como base para uma coalizão entre diferentes atores governamentais e sociais e sua ideia central, voltada para caridade, é a doação. A filantropia empresarial cresceu a partir da ideia neoliberal de que as empresas, fundações empresariais e terceiro setor têm uma responsabilidade social e que devem colaborar para a construção de uma sociedade menos desigual. Dagnino (2004) afirma que a ênfase em filantropia foi fortemente incentivada ao reduzir a ideia de sociedade civil em organizações não-governamentais, organizações do terceiro setor e fundações empresariais.

Lúcio Kowarick, ainda nos anos 1990, afirmara que “em virtude da condição generalizada de subcidadania, a autoconstrução de uma percepção de moralidade e dignidade tende a se solidificar nos valores e símbolos edificadas em torno de projetos individuais: é o primado do cidadão privado.” (KOWARICK, 1995, p.114). Hoje, radicalizado o processo de total imbricamento da ideologia empresarial nos meandros da reprodução da vida, atravessando a sociabilidade e a espacialidade das periferias, estamos diante de um projeto que transpõe as fronteiras do público e do privado sem mais mediação possível entre tais dimensões. Ademais, trata-se uma nova etapa autoritária desse processo, implicada em processos de gestão (empresarial) da pobreza que estreitam estratégias negociais e militares.

O neoliberalismo certamente se traduz na vida cotidiana para além do campo econômico, aterrissando no social, cultural, político. Para além do Estado (como aquele da dominação política), do capital (em suas estratégias de reprodução continuada) e da sociedade (como sujeito da ação consciente), temos os sujeitos sociais, que têm o espaço como condição,

meio e produto de sua ação (CARLOS, 2011), fortemente enredados (subjetivamente) por uma racionalidade que os atravessa também enquanto sujeitos da transformação. Trata-se de um estreitamento brutal dos horizontes radicais de luta pela superação da violência capitalista que, de algum modo, se relaciona também a um estreitamento da crítica sobre as contradições que modulam a realidade social, ao qual este trabalho certamente pretende se contrapor.

## REFERÊNCIAS

- BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. São Paulo: Zazie Edições, 2018.
- CARLOS, Ana F. Da Organização à produção do espaço. In: ( ) **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. pp. 63-88.
- CATINI, Carolina. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista USP**, n. 127, p. 53-68, 2020.
- DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**. N.º5. Outubro de 2004.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FELTRAN, G. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**, v. 53, n. 2, Antropologia do Direito (julho-dezembro 2010), p. 565-610. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/41616385?seq=1>
- GAGO, Verónica. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. Editora Elefante, 2019.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008. Disponível em <https://www.uc.pt/feuc/citcoimbra/Harvey2008>
- KLEIN, Naomi. Estados de choque: o nascimento sangrento da contra-revolução. In: KLEIN, N. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo do desastre**. São Paulo: Nova Fronteira, 2008, p. 95-122. Disponível em: <https://osirredentosblog.files.wordpress.com/2015/12/a-doutrina-do-choque-naomi-klein.pdf>
- KOWARICK, Lúcio. Cidade e cidadania: cidadão e subcidadão público. In: **Brasil em Artigos**, Coleção SEADE bolso, São Paulo: Fundação SEADE, 1995.

- PRIETO, G. F. T.; LACZYNSKI, P. São Paulo à venda: ultraneoliberalismo urbano, privatização e acumulação de capital (2017-2020). **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 24, n. 2, p. 243-261, ago. 2020. ISSN 2179-0892
- ROCHA, Lia de Mattos. O repertório dos projetos sociais: política, mercado e controle social nas favelas. In: BIRMAN, P. et al. (org.). **Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: FGV/Faperj, v. 1, p. 291-312, 2014.
- TOMMASI, Livia de. Empreendedorismo e ativismo cultural nas periferias brasileiras. Entrepreneurship and cultural activism in brazilian peripheries. H-ermes. **Journal of Communication**, v. 2018, n. 13, p. 167-196, 2018.
- WACQUANT, Löic. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **Caderno CRH**, v. 25, n. 66, p. 505-518, 2012.